



Município de Évora



MUNICÍPIO DE ÉVORA



Prestação de Contas Consolidadas

Relatório de Gestão Consolidado 2017





Índice

1.	Introdução.....	1
2.	Metodologia.....	3
3.	Análise Patrimonial	4
3.1.	Análise ao Balanço Consolidado - Ativo.....	4
3.2.	Análise ao Balanço Consolidado – Fundos Próprios	5
3.3.	Análise ao Balanço Consolidado - Passivo	5
3.4.	Análise à Demonstração de Resultados – Custos e Perdas.....	6
3.5.	Análise à Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos.....	7
3.6.	Análise à Demonstração de Resultados – Resultados	7
4.	Endividamento Consolidado	8
5.	Indicadores de Gestão	9
6.	Recursos Humanos.....	10
7.	Factos ocorridos após o termo do exercício	10
	Balanço Consolidado.....	11
	Demonstração de Resultados Consolidada.....	14
	Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado	16
	Anexos às Demonstrações Financeiras.....	18



Índice de tabelas

Tabela 1 - Balanço Consolidado – Ativo	4
Tabela 2 - Balanço Consolidado - Fundos Próprios.....	5
Tabela 3 - Balanço Consolidado – Passivo	5
Tabela 4 - Demonstração de Resultados - Custos e Perdas	6
Tabela 5 - Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos	7
Tabela 6 - Resultados 2017	7
Tabela 7 - Endividamento Consolidado – 2017.....	8
Tabela 8 - Indicadores de Gestão – 2017	9
Tabela 9 – Recursos Humanos – 2017	10
Tabela 10 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
Tabela 11 - Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados – 2017	25
Tabela 12 – Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados – 2017	25
Tabela 13 – Ativo Bruto Consolidado – 2017	26
Tabela 14 – Amortizações e Provisões Acumuladas – 2017	27
Tabela 15 – Desdobramento das contas de provisões/ajustamento – 2017	28



1. Introdução

Nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Dispõe o referido diploma que o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Refere o artigo 76º do RFALEI que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos, de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Estes documentos deverão ser remetidos para o Tribunal de Contas até 30 de junho, por via eletrónica, de acordo com o artigo 52º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março e da Resolução do Tribunal de Contas n.º 1/2018.

No ano de 2017, o grupo municipal é constituído pelo **Município de Évora**, entidade consolidante e pela empresa **HABÉVORA, GESTÃO HABITACIONAL UNIPESSOAL, Lda. E.M.**, entidade consolidada.

Foram excluídas do perímetro de consolidação as seguintes entidades:

ENTIDADE PARTICIPADA	TIPO	PARTICIPAÇÃO %	ABREV.
Aguas Vale do Tejo, S.A.	SA	1,60	LVT
Évora Régis, S.A.	SA	49,00	EREGIS
LAR - Transregional - Linhas Aéreas Regionais, S.A.	SA	0,13	LAR
MARÉ - Mercado Abastecedor da Região de Évora	SA	20,00	MARE
Unesul	ASS	—	UNESUL

ÁGUAS VALE DO TEJO, S.A.

A empresa Águas Vale do Tejo, S.A. face à participação detida, adquire a qualificação de outras empresas, com uma percentagem de apenas 1,60 % pelo que não aplicou o Método de Equivalência Patrimonial diretamente nas contas do Município de Évora.

MARÉ – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE ÉVORA, S.A.

A empresa adquire a qualificação de associada pelo que foi aplicado o Método da Equivalência Patrimonial, nas contas individuais do Município, mantendo o mesmo método nas contas consolidadas.



ÉVORA REGIS, S.A.

Relativamente à empresa Évora Regis, S.A. foram desenvolvidos esforços no sentido da sua liquidação, tendo sido já acordado os valores a que os sócios se comprometem a entregar para efeitos de dissolução e liquidação da empresa. O valor da mesma encontra-se ajustado na totalidade e o valor das responsabilidades assumidas encontra-se refletido em provisões.

LAR

Por desconhecimento da situação da empresa LAR, a participação encontra-se ajustada por provisão nas contas do Município de Évora.

UNESUL

A entidade Unesul encontra-se em processo de falência desde 2003. A percentagem de participação não está identificada. O Município de Évora aguarda decisão final da comissão liquidatária, para poder eliminar o valor da sua participação. Para efeitos contabilísticos o valor desta participação já se encontra ajustado por provisão.

Nestes termos o Grupo Autárquico é constituído apenas por:





2. Metodologia

A elaboração da consolidação de contas do Município de Évora para o exercício de 2017, teve subjacente os seguintes normativos:

1. Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
2. Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, aprova a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Générica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios;
3. “Consolidação de Contas pelos Municípios” – Instruções para o exercício de 2010, documento elaborado pelo SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL.

Como método de consolidação de contas, o Município de Évora adotou o método de consolidação integral, não evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários, uma vez que a sociedade integrada é detida a 100% pelo Município. Através deste método, procedemos à integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante, os elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Seguidamente, procedemos à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo público, dada a estrutura das demonstrações financeiras anuais das

entidades a consolidar, com as necessárias reclassificações às contas anuais individuais, por estas utilizarem um sistema contabilístico díspar do utilizado pelo Município (SNC vs POCAL).

Deste modo, efetuámos as obrigatorias eliminações de saldos, das transações relativas a operações efetuadas entre as entidades e as necessárias eliminações recíprocas. Assim, todos os valores das entidades consolidadas apresentados no presente relatório, respeitam à reclassificação patrimonial efetuada de SNC para POCAL.

Dado o método de consolidação integral, foi necessário desenvolver as seguintes fases:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração dos resultados, através da simples adição, do conjunto das entidades a consolidar;
- Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizada no ativo do Município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios das entidades dependentes (diferenças de consolidação);
- Anulação de todas as operações entre as entidades a consolidar, bem como dos resultados e demais saldos de contas delas decorrentes.



3. Análise Patrimonial

3.1. Análise ao Balanço Consolidado - Ativo

Tabela 1 - Balanço Consolidado – Ativo

BALANÇO ACTIVO	2017		2016		Δ 2017/2016	
	€	%	€	%	€	%
IMOBILIZADO						
Bens de Domínio Público	50.503.520,90	25,45%	55.939.015,47	27,06%	-5.435.494,57	-9,72%
Imobilizações incorpóreas	7.813,98		8.233,14	0,00%	-419,16	-5,09%
Imobilizações Corpóreas	132.739.041,21	66,89%	131.719.478,31	63,71%	1.019.562,90	0,77%
Investimentos Financeiros	3.756.008,44	1,89%	3.769.151,23	1,82%	-13.142,79	-0,35%
CIRCULANTE						
Existências	944.876,59	0,48%	961.841,66	0,47%	-16.965,07	-1,76%
Dívidas de terceiros - curto prazo	2.927.357,62	1,48%	5.086.185,69	2,46%	-2.158.828,07	-42,44%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	6.401.856,87	3,23%	7.046.460,05	3,41%	-644.603,18	-9,15%
Acréscimos e diferimentos	1.152.408,60	0,58%	2.211.400,01	1,07%	-1.058.991,41	-47,89%
TOTAL DO ACTIVO	198.432.884,21	100,00%	205.741.765,56	100,00%	-8.308.881,35	-4,02%

O ativo total do grupo municipal apresenta um valor de 198,4 milhões de euros, revelando um decréscimo de 4,02% face a 2016.

O immobilizado e o ativo circulante apresentam um decréscimo em relação ao ano anterior. O immobilizado diminuiu 4,4 milhões de euros e o ativo circulante a 3,9 milhões de euros.



3.2. Análise ao Balanço Consolidado – Fundos Próprios

Tabela 2 - Balanço Consolidado - Fundos Próprios

BALANÇO FUNDOS PRÓPRIOS	2017		2016		Δ 2017/2016	
	€	%	€	%	€	%
Património	176.657.449,47	179,58%	176.639.365,82	166,88%	18.083,65	0,01%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	718.048,03	0,73%	517.270,32	0,49%	200.777,71	38,81%
Reservas de Reavaliação	470.967,28	0,48%	479.278,46	0,45%	-8.311,18	-1,73%
Reservas	25.872.626,97	26,30%	25.411.963,09	24,01%	460.663,88	1,81%
Resultados Transitados	-101.179.655,70	-102,86%	-93.865.785,04	-88,68%	-7.313.870,66	7,79%
Resultado líquido do exercício	-4.169.342,97	-4,24%	-3.334.670,15	-3,15%	-834.672,82	25,03%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	98.370.093,08	100,00%	105.847.422,50	100,00%	-7.477.329,42	-7,06%

Os fundos próprios consolidados no final do exercício de 2017 eram de 98 milhões de euros. Este valor representa um decréscimo de 7,5 milhões de euros comparativamente ao período anterior.

De salientar que o grupo autárquico atingiu um resultado líquido negativo de 4,2 milhões de euros, o que revela uma regressão de 7,06 % relativamente ao final do exercício de 2016.

3.3. Análise ao Balanço Consolidado - Passivo

Tabela 3 - Balanço Consolidado – Passivo

BALANÇO PASSIVO	2017		2016		Δ 2017/2016	
	€	%	€	%	€	%
Provisões para riscos e encargos	5.403.001,71	5,40%	1.014.514,62	1,01%	4.388.487,09	432,57%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	59.181.933,48	59,14%	62.822.827,88	62,27%	-3.640.894,40	-5,80%
Dívidas a terceiros - curto prazo	13.242.131,17	13,23%	14.485.597,06	14,36%	-1.243.465,89	-8,58%
Acréscimos e diferimentos	22.235.724,77	22,22%	22.571.403,50	22,37%	-335.678,73	-1,49%
TOTAL DO PASSIVO	100.062.791,13	100,00%	100.894.343,06	100,00%	-831.551,93	-0,82%

O passivo total do grupo municipal diminui 831 mil euros (-0,82%).

Esta variação decorreu da diminuição das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (-3,6 milhões de euros), e das dívidas a terceiros de curto prazo (-1,2 milhões de euros) e

o consequente aumento das provisões para riscos e encargos (4,3 milhões de euros). O Município contestou em tribunal faturas da empresa Águas Vale do Teja, S.A., no valor de 4,3 milhões de euros, houve necessidade de criação da provisão, uma vez que aguarda uma decisão judicial.



3.4. Análise à Demonstração de Resultados – Custos e Perdas

Tabela 4 - Demonstração de Resultados - Custos e Perdas

Custos e Perdas	2017	2016	Δ 2017/2016	
	€	€	€	%
Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.954.178,61	3.482.571,35	471.607,26	13,54%
Fornecimentos e Serviços Externos	11.446.599,52	11.026.426,75	420.172,77	3,81%
Custos com o Pessoal	17.891.506,40	18.139.169,82	-247.663,42	-1,37%
Transferências e Subs. Correntes Conced. e prestações sociais	691.496,39	741.326,39	-49.830,00	-6,72%
Amortizações do Exercício	8.753.947,43	9.397.721,70	-643.774,27	-6,85%
Provisões do Exercício	5.632.674,39	183.348,22	5.449.326,17	2972,12%
Outros Custos Operacionais	63.486,61	1.959.451,82	-1.895.965,21	-96,76%
Custos e perdas operacionais (A)	48.433.889,35	44.930.016,05	3.503.873,30	7,80%
Custos e Perdas Financeiros	1.832.675,41	3.756.137,46	-1.923.462,05	-51,21%
Custos e perdas correntes (C)	50.266.564,76	48.686.153,51	1.580.411,25	3,25%
Custos e Perdas Extraordinários	1.754.904,16	4.476.058,66	-2.721.154,50	-60,79%
Custos e perdas totais (E)	52.021.468,92	53.162.212,17	-1.140.743,25	-2,15%

Os custos e perdas totais diminuíram 2,15% face ao período homólogo, o que significa uma diminuição nominal de 1,1 milhões de euros.

Os custos com pessoal continuam a ser a rubrica com o maior peso na estrutura de custos com 34%, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (22%), as amortizações do exercício (17%) e as provisões do exercício (11%).

O aumento verificado nos custos e perdas operacionais é refletido pela criação de provisão para as faturas da empresa AVT, S.A.



3.5. Análise à Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos

Tabela 5 - Demonstração de Resultados – Proveitos e Ganhos

Proveitos e Ganhos	2017	2016	Δ 2017/2016	
	€	€	€	%
Vendas e Prestações de Serviços	10.580.531,70	10.801.657,89	-221.126,19	-2,05%
Impostos e Taxas	14.097.389,68	14.164.188,55	-66.798,87	-0,47%
Trabalhos p/própria Entidade	375,92	384,56	-8,64	-2,25%
Proveitos Suplementares	49.361,08	61.198,71	-11.837,63	-19,34%
Transferências e Subsídios Obtidos	17.090.476,10	16.708.422,30	382.053,80	2,29%
Proveitos e ganhos operacionais (B)	41.818.134,48	41.735.852,01	82.282,47	0,20%
Proveitos e ganhos Financeiros	61.878,47	431.424,92	-369.546,45	-85,66%
Proveitos e ganhos correntes (D)	41.880.012,95	42.167.276,93	-287.263,98	-0,68%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.981.152,19	7.684.270,97	-1.703.118,78	-22,16%
Proveitos e ganhos totais (F)	47.861.165,14	49.851.547,90	-1.990.382,76	-3,99%

Os proveitos e ganhos do exercício registaram um decréscimo de 3,99%, cifrando-se nos 47,9 milhões de euros.

3.6. Análise à Demonstração de Resultados – Resultados

Tabela 6 - Resultados 2017

Resultados	2017	2016	Δ 2017/2016	
	€	€	€	%
Resultados operacionais	-6.615.754,87	-3.194.164,04	-3.421.590,83	-107,12%
Resultados financeiros	-1.770.796,94	-3.324.712,54	1.553.915,60	-46,74%
Resultados correntes	-8.386.551,81	-6.518.876,58	-1.867.675,23	-28,65%
Resultados extraordinários	4.226.248,03	3.208.212,31	1.018.035,72	31,73%
Resultado líquido do exercício	-4.169.342,97	-3.334.670,15	-834.672,82	-25,03%
Resultado líquido do exercício consolidado	-4.169.342,97	-3.334.670,15	-834.672,82	-25,03%

O resultado líquido do exercício consolidado apresenta um valor negativo de 4,2 milhões de euros, contrariando a tendência de melhoria verificada nos últimos exercícios, revelando um agravamento de 25% relativamente ao ano de 2016.

Esta situação resultou, em grande medida, da necessidade de criação de uma provisão

no valor de 4,3 milhões de euros (para faturas da AdVT que o Município contestou e que aguardam decisão judicial) que tem um efeito direto sobre os resultados operacionais de 2017 e consequentemente um impacto negativo sobre os RLE de 2017 face a 2016.



4. Endividamento Consolidado

Endividamento do Grupo Municipal

Tabela 7 - Endividamento Consolidado – 2017

		2017	2016	Δ 2017/2016
Curto Prazo	Fornecedores	4.975.245,24	8.013.759,84	-3.038.514,60
	Fornecedores Imobilizado	455.914,18	262.020,60	193.893,58
	Estado e Outros Entes Públicos	472.065,69	501.905,77	-29.840,08
	Adiantamentos p/conta de Vendas	294.983,07	307.941,94	-12.958,87
	Credores diversos	225.564,21	699.556,18	-473.991,97
	Clientes e Utentes c/cauções	692.700,83	635.017,30	57.683,53
	Empréstimos exigíveis no cp	5.320.038,31	3.480.934,75	1.839.103,56
Total		12.436.511,53	13.901.136,38	-1.464.624,85
M/L Prazo	Empréstimos	58.218.584,55	61.861.370,67	-3.642.786,12
	Credores diversos	963.348,93	961.457,21	1.891,72
	Total	59.181.933,48	62.822.827,88	-3.640.894,40
Total Geral		71.618.445,01	76.723.964,26	-5.105.519,25
Operações de Tesouraria				
FAM				
Total		1.773.338,96	1.933.379,64	-160.040,68
Total Geral		69.845.106,05	74.790.584,62	-4.945.478,57
Outras Entidades		161.126,72	194.681,79	-33.555,07
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO		70.006.232,77	74.985.266,41	-4.979.033,64

O grupo municipal apresenta um endividamento consolidado de 70 milhões de euros. Este valor compara com os 75 milhões re-

gistados em 2016, o que revela uma diminuição de mais de 5 milhões de euros.



5. Indicadores de Gestão

Tabela 8 - Indicadores de Gestão – 2017

Indicadores	2017	2016
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo Total	94,24%	92,60%
Ativo Circulante / Ativo Total	5,76%	7,40%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo Total	59,14%	62,27%
Passivo curto prazo / Passivo Total	13,23%	14,36%
Análise do Activo Fixo		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	315,99%	304,72%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	45,88%	
Análise do Passivo Exigível		
Coefficiente de endividamento a curto prazo		
Dívida de curto prazo / Fundos Próprios	13,46%	13,69%
Coefficiente de endividamento a longo prazo		
Dívida de médio longo prazo / Fundos Próprios	60,16%	59,35%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades / Passivo de curto prazo	48,34%	48,64%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	86,29%	105,66%
Índice de Solvência		
Dívidas a terceiros / Ativo total	17,88%	17,92%
Fundos Próprios / Passivo	98,31%	104,91%
Autonomia Financeira		
Fundos Próprios / Ativo Líquido	49,57%	51,20%

O cálculo de rácios económicos é a técnica mais utilizada pela análise financeira.

Consiste em estabelecer relações, ou rácios, entre as contas e agrupamento de contas do balanço e da demonstração de resultados. Estas relações são um instrumento de apoio para avaliar o desempenho económico e financeiro das entidades.

Estrutura do ativo – a estrutura do ativo é pouco flexível, sendo representada por 94% de ativo fixo e 6% de ativo circulante.

Estrutura do passivo – o passivo de médio e longo prazo representa 59% e o de curto prazo 13%.

Índices de liquidez – o índice de liquidez imediata, ou seja, a relação entre as disponibilidades e o passivo de curto prazo é de 48%. Quanto à liquidez geral, representada pela relação entre ativo circulante e passivo de curto prazo, esta já apresenta um valor de 86%.

Índice de solvência – este rácio é bastante importante, e representa a solvabilidade do grupo municipal, sendo de 98%.

Autonomia financeira - revela-se a um nível idêntico nos dois exercícios, mantendo-se a estrutura de balanço.



6. Recursos Humanos

Tabela 9 – Recursos Humanos – 2017

Vínculo	Dirigente	Tec.Superior	Ass. Técnico	Ass. Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	9	3				3	15
CTFP por Tempo Indeterminado	1	134	195	579	11	14	934
CTFP a Termo Resolutivo Certo		41	5	20			66
CTFP Termo Resolutivo Incerto							0
Outra		2	1	4			7
TOTAL	10	180	201	603	11	17	1.022

HABEVORA

Vínculo	Dirigente	Tec.Superior	Ass. Técnico	Ass. Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	1						1
CTFP por Tempo Indeterminado		6	2	3			11
CTFP a Termo Resolutivo Certo				1			1
TOTAL	1	6	2	4			13

Em termos de recursos humanos o grupo autárquico apresenta a seguinte estrutura, num total de 1.035 trabalhadores.

7. Factos ocorridos após o termo do exercício

Nestes termos para efeitos de consolidação de contas apenas se verifica a existência de uma empresa consolidante, verificando-se estarem assim cumpridos os objetivos traçados, quanto ao fecho de empresas municipais.



Município de Évora

Balanço Consolidado



Município de Évora

Cód. Contas POCAL	ACTIVO	Grupo Municipal				
		AB	AP	AL	AL	
IMOBILIZADO						
Bens de Domínio Público						
451	Terrenos e recursos naturais	69.975,90		69.975,90	69.975,90	
453	Outras construções e infra-estruturas	154.948.914,09	105.482.021,27	49.466.892,82	55.043.858,37	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.329.322,50	795.360,05	533.962,45	641.022,68	
445	Imobilizações em curso	432.689,73		432.689,73	184.158,52	
	Sub-total...	156.780.902,22	106.277.381,32	50.503.520,90	55.939.015,47	
Imobilizações incorpóreas						
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	77.468,42	76.164,21	1.304,21	8.233,14	
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.552,64	2.552,64			
443	Imobilizações em curso	6.509,77		6.509,77		
	Sub-total...	86.530,83	78.716,85	7.813,98	8.233,14	
Imobilizações Corpóreas						
421	Terrenos e recursos naturais	64.667.508,54		64.667.508,54	64.825.822,85	
422	Edifícios e Outras Construções	102.997.178,15	38.155.312,48	64.841.865,67	59.754.002,30	
423	Equipamento básico	6.982.734,92	6.189.321,10	793.413,82	781.090,08	
424	Equipamento de transporte	6.190.703,38	5.358.760,10	831.943,28	679.145,18	
425	Ferramentas e utensílios	1.346.814,28	1.211.294,58	135.519,70	119.145,44	
426	Equipamento administrativo	1.107.452,48	1.047.380,75	60.071,73	44.418,28	
429	Outras imobilizações corpóreas	524.400,67	167.015,24	357.385,43	359.279,42	
442	Imobilizações em curso	1.051.333,04		1.051.333,04	5.156.574,76	
	Sub-total...	184.868.125,46	52.129.084,25	132.739.041,21	131.719.478,31	
Investimentos Financeiros						
411	Partes de Capital	2.280.035,39	32.232,00	2.247.803,39	2.261.291,10	
412	Obrigações e títulos de participação	1.507.423,18		1.507.423,18	1.507.423,18	
415	Outras aplicações financeiras	781,87		781,87	436,95	
	Sub-total...	3.788.240,44	32.232,00	3.756.008,44	3.769.151,23	
CIRCULANTE						
Existências						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.123.933,91	179.057,32	944.876,59	961.841,66	
	Sub-total...	1.123.933,91	179.057,32	944.876,59	961.841,66	
Dívidas de terceiros - curto prazo						
28	Empréstimos concedidos	15.631,65	15.631,65			
211	Clientes, c/c	2.131.576,21		2.131.576,21	2.493.328,71	
212	Contribuintes c/c	306.454,83		306.454,83	380.477,48	
213	Utentes c/c	76.364,34		76.364,34	219.681,24	
218	Clientes, contribuintes e utentes cob. Duvidosa	3.711.073,01	3.654.006,65	57.066,36	1.101.283,41	
24	Estado e outros entes públicos	11.579,21		11.579,21	33.961,43	
262;263;	Outros devedores	1.001.979,93	657.663,26	344.316,67	857.453,42	
	Sub-total...	7.254.659,18	4.327.301,56	2.927.357,62	5.086.185,69	
Depósitos em instituições financeiras e caixa						
12	Depósitos bancários	5.875.937,47		5.875.937,47	6.931.697,08	
11	Caixa	525.919,40		525.919,40	114.762,97	
	Sub-total...	6.401.856,87		6.401.856,87	7.046.460,05	
Acréscimos e diferimentos						
271	Acréscimos de proveitos	830.901,79		830.901,79	1.685.630,17	
272	Custos diferidos	321.506,81		321.506,81	525.769,84	
	Sub-total...	1.152.408,60		1.152.408,60	2.211.400,01	
Total de amortizações						
		158.485.182,42				
Total de provisões						
		4.538.590,88				
Total do activo						
		361.456.657,51	163.023.773,30	198.432.884,21	206.741.765,56	



Município de Évora

Cód. Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Grupo Municipal	
		2017	2016
FUNDOS PRÓPRIOS			
51	Património	176.657.449,47	176.639.365,82
55	Ajustamentos de partes capital em empresas	718.048,03	517.270,32
56	Reservas de Reavaliação	470.967,28	479.278,46
Reservas:			
571	Reservas legais	625.130,88	625.000,00
575	Subsídios	926.568,07	466.035,07
576	Doações	24.315.596,40	24.315.596,40
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	5.331,62	5.331,62
59	Resultados Transitados	-101.179.655,70	-93.865.785,04
Diferenças de Consolidação			
Interesses Minoritários			
88	Resultado líquido do exercício	-4.169.342,97	-3.334.670,15
Total do capital próprio		98.370.093,08	105.847.422,50
PASSIVO			
292	Provisões para riscos e encargos	5.403.001,71	1.014.514,62
	Sub-total...	5.403.001,71	1.014.514,62
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			
2312	Dívidas a instituições de crédito	58.218.584,55	61.861.370,67
26	Outros credores - Exigível a ML prazo	963.348,93	961.457,21
	Sub-total...	59.181.933,48	62.822.827,88
Dívidas a terceiros - curto prazo			
2312	Empréstimos de ML prazo exigíveis a curto prazo	5.320.038,31	3.480.934,75
269	Adiantamentos por conta de vendas	294.983,07	307.941,94
221	Fornecedores, c/c	525.576,08	5.752.906,02
228	Fornecedores, fact. Recepção conferência	4.449.669,16	2.260.853,82
217	Clientes e utentes c/cauções	692.700,83	635.017,30
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	455.914,18	262.020,60
24	Estado e outros entes públicos	472.065,69	501.905,77
26	Outros Credores	1.031.183,85	1.284.016,86
	Sub-total...	13.242.131,17	14.485.597,06
Acréscimos e diferimentos			
273	Acréscimo de custos	2.795.219,34	2.861.809,02
2745	Proveitos diferidos	19.306.228,89	19.573.108,64
27422	Passivos por impostos diferidos	134.276,54	136.485,84
	Sub-total...	22.235.724,77	22.571.403,50
Total do passivo		100.062.791,13	100.894.343,06
Total do capital próprio e passivo		198.432.884,21	206.741.765,56



Município de Évora

Demonstração de Resultados Consolidada



Município de Évora

Cód. Contas POCAL		Grupo Municipal	
		Exercício 2017	Exercício 2018
CUSTOS E PERDAS			
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.954.178,61	3.482.571,4
	Mercadorias		3.954.178,61
	Matérias		3.482.571,35
62	Fornecimentos e Serviços Externos	11.446.599,52	11.026.426,75
	Custos com o Pessoal		
641+642	Remunerações	14.180.730,07	14.066.070,63
643 a 648	Encargos Sociais	3.710.776,33	4.073.099,19
63	Transferências e Subs. Correntes Conced. e prestações sociais	691.496,39	691.496,39
66	Amortizações do Exercício	8.753.947,43	9.397.721,70
67	Provisões do Exercício	5.632.674,39	14.386.621,82
65	Outros Custos Operacionais		63.486,61
			48.433.889,35
68		(A)	44.930.016,05
	Custos e Perdas Financeiros		1.832.675,41
		(C)	50.266.564,76
69	Custos e Perdas Extraordinários		1.754.904,16
		(E)	52.021.468,92
	Imposto sobre o rendimento		9.039,19
	Interesses Minoritários		
88	Resultado Líquido do Exercício	-4.169.342,97	-3.334.670,15
		47.861.165,14	49.851.547,90
PROVEITOS E GANHOS			
71	Vendas e Prestações de Serviços		
7111	Mercadorias	2.227,1	2.746,51
7112 a 7119	Produtos	2.447.878,33	2.466.494,28
712	Prestações de Serviços	8.130.426,27	8.332.417,10
713	Rendas		
719	Reembolsos e Restituições		10.580.531,70
72	Impostos e Taxas	14.097.389,68	14.164.188,55
	Variação da Produção		
75	Trabalhos para a Própria Entidade	375,92	384,56
73	Proveitos Suplementares	49.361,08	61.198,71
74	Transferências e Subsídios Obtidos	17.090.476,10	16.708.422,30
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		31.237.602,78
		(B)	41.818.134,48
78	Proveitos e ganhos Financeiros		61.878,47
		(D)	41.880.012,95
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		5.981.152,19
		(F)	47.861.165,14
Resumo			
	Resultados Operacionais (B) - (A)	-6.615.754,87	-3.194.164,04
	Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)	-1.770.796,94	-3.324.712,54
	Resultados Correntes (D) - (C)	-8.386.551,81	-6.518.876,58
	Resultado líquido antes de interesses minoritários (F) - (E)	-4.160.303,78	-3.310.664,27
	Resultado afeto a interesses minoritários		0,00
	Resultado líquido do exercício consolidado	-4.169.342,97	-3.334.670,15



Município de Évora

Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado

Tabela 10 - Demonstração dos Fluxos de Caixa



Município de Évora

	2017			2016
	Município de Évora	HABEVORA	Total Consolidado	Total Consolidado
Saldo inicial			7.046.460,05	4.939.971,16
- Execução Orçamental	3.212.496,76	2.977.314,83	6.189.811,59	3.621.884,38
- Operações de tesouraria	856.648,46		856.648,46	1.318.086,78
Recebimentos			52.607.795,36	81.047.483,59
- Execução Orçamental	43.933.834,93	3.746.465,25	47.680.300,18	76.072.096,11
- Operações de tesouraria	4.927.495,18		4.927.495,18	4.975.387,48
Pagamentos			53.252.398,54	78.940.994,70
- Execução Orçamental	44.772.390,82	3.607.817,86	48.380.208,68	73.504.168,90
- Operações de tesouraria	4.872.189,86		4.872.189,86	5.436.825,80
Saldo final			6.401.856,87	7.046.460,05
- Execução Orçamental	2.373.940,87	3.115.962,22	5.489.903,09	6.189.811,59
- Operações de tesouraria	911.953,78		911.953,78	856.648,46

O grupo municipal apresenta um saldo de fluxos de caixa de 6,4 milhões de euros, enquanto que em 2016, o saldo era de 7 milhões de euros.

É de salientar que o saldo no final de 2016, incorporava ainda valor do empréstimo de saneamento financeiro, para aplicação em 2017, no pagamento da dívida de curto prazo.



Município de Évora

Anexos às Demonstrações Financeiras



O Município de Évora apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, relativamente ao exercício de 2017, de acordo com o Pocal – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, com reporte a 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010 de 15 de junho, através do qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

1 – Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

O perímetro de consolidação do Município de Évora, para além do próprio Município, integra a entidade de natureza empresarial:

- Denominação: Habévora, Gestão Habitacional, Unipessoal Limitada, E.M.
- Sede: Rua Diogo Cão, n.º 19 r/c, 7000-872 Évora
- Participação no capital: 100%
- Número de Trabalhadores: 13



1.2 – Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

A - PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS					
ENTIDADE PARTICIPADA		TIPO DE ENTIDADE	CAE	CAPITAL PRÓPRIO	%
DENOMINAÇÃO	N.I.P.C				
Águas Vale do Tejo, S.A.	513606130	Societária	37002	167.776.875,00	1,60
Évora Régis, S.A.	509137474	Societária	68200	50.000,00	49
LAR - Transregional - Linhas Aéreas Regionais, S.A.	501511156	Societária	51210	5.985.575,00	0,13
MARE- Mercado Abastecedor da Região de Évora	503298484	Societária	68200	1.746.500,00	20
Unesul - Ass. Universidade Emp. Do Sul	501998209	Societária	72190		

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas constituem um complemento e não um substituto das demonstrações financeiras individuais das empresas integradas num grupo, e têm como objetivo dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do grupo municipal. Com efeito, pela via da consolidação obtém-se um só balanço e uma só demonstração de resultados do conjunto do grupo autárquico, como se se tratasse de uma única entidade.

De forma a permitir uma uniformização da informação financeira das entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se entenderam como necessários, os documentos de prestação de contas das entidades consolidadas, considerando que os mesmos foram elaborados com base no SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Évora foi o método de consolidação integral tal como dispõe o ponto 6.2 da Orientação n.º 1/2010, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas



3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1 – Movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação

As técnicas e os procedimentos de consolidação adaptados têm como base a aplicação do método de consolidação integral. Este método consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da empresa consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das empresas consolidadas.

Os elementos do ativo, do passivo e dos capitais próprios da empresa incluída na consolidação foram integrados na sua totalidade no balanço consolidado, bem como os custos e perdas e os proveitos e ganhos foram integrados na sua totalidade na demonstração consolidada dos resultados. Com vista à agregação dos diferentes elementos, a informação das duas entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação foi homogeneizada convertendo o Plano de contas do SNC para o POCAL. Após essa agregação procedeu-se à eliminação das operações internas, designadamente às relativas aos créditos/dívidas entre as entidades incluída no perímetro de consolidação, às relativas aos custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos de operações efetuadas entre as entidades.

O valor contabilístico da participação no capital da empresa compreendida na consolidação foi compensado pela proporção que representa nos capitais próprios dessa empresa.

Foram apuradas as diferenças de consolidação”, conforme se encontra demonstrado no quadro abaixo, integradas nos resultados transitados.

Lançamento	Descrição	A Débito		A Crédito	
		Conta	Valor	Conta	Valor
L1	Ajustamento de anos anteriores	55	3.801.918,56 €	41	3.801.918,56 €
L2	Anulação de Resultado Líquido do Exercício	59	3.545,76 €	88	3.545,76 €
L3	Anulação do empréstimo	23	9.961.344,29 €	41	9.961.344,29 €
L4	Anulação do capital da participada	51	10.000.000,00 €	41	10.000.000,00 €
L5	Anulação de participação	56	569.333,83 €		
L6	Anulação de participação	56	460.533,00 €		
L7	Anulação de participação	57	143.157,12 €		
L8	Anulação de participação	59	1.251.622,10 €		
L9	Diferença de consolidação				2.424.646,05 €
Total			26.191.454,66 €		26.191.454,66 €



3.2 – Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação derivam essencialmente de operações executadas em anos anteriores à consolidação, com impacto nos resultados transitados, reservas e eventualmente património.

4 – Informações relativas a compromissos

Não foram assumidos pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, compromissos ou garantias que não estejam relevadas no balanço consolidado.

Todos os compromissos assumidos no decorrer do ano de 2017 foram registados na aplicação informática da entidade consolidante.

5 – Informações relativas a políticas contabilísticas

5.1 - Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões

Imobilizações

Os bens inventariados foram valorizados pelo valor de aquisição, quando disponível ou através de valor de avaliação.

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o imobilizado corpóreo.

No caso das imobilizações em curso encontram-se registados pelo valor do documento de suporte (fatura).



As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes dos diplomas aplicáveis. Os bens avaliados pela empresa Sight para efeitos de balanço inicial são amortizados com base nos anos de vida útil atribuídos à data da avaliação e os bens transferidos para a constituição da entidade consolidada, foram validados por entidade independente.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo, uma vez que nas entidades participadas não existe controlo ou influência negativa.

Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição ou de produção.

Como forma de custeio as entidades consolidantes utilizam o custo médio ponderado.

Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.



Provisões

As provisões foram calculadas tendo em consideração o Princípio da Prudência e as disposições do POCAL, são relativas a situações em que estejam associados riscos.

Consideram-se dívidas de terceiros em mora, quando constituída há mais de 6 meses. O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas, foi determinado de acordo com as seguintes percentagens: 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses e 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As provisões para riscos e encargos assumem o valor considerado no processo contencioso em curso, ponderado o risco associado ao mesmo.

As provisões para investimentos financeiros correspondem ao valor da participação contabilizada ao custo, sempre que o risco financeiro se justifique.

As provisões para depreciação de existências assumem o risco de inoperacionalidade dos inventários.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e saldos de todas as contas bancárias.



6 – Informações relativas a determinadas rubricas

6.1 – Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados

Tabela 11 - Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados – 2017

Cód. Contas FOCAL	CUSTOS E PERDAS	Exercício		Cód. Contas FOCAL	PROVEITOS E GANHOS	Exercício	
		2017	2018			2017	2018
681	Juros Suportados	1.825.879,17	2.991.483,05	781	Juros Obtidos	33.553,85	154.962,77
682	Perdas em entidades participadas		753.969,39	782	Ganhos em entidades participadas	27.104,93	276.446,34
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de Imóveis		
688	Outros Custos e Perdas Financeiros	6.796,24	10.685,02	784	Rendimentos de Participações de Capital	1.219,69	
				788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		15,81
	Resultados Financeiros	-1.770.796,94	-3.324.712,54	789	Reembolsos, restituições e anulações		
	Total...	61.878,47	431.424,92			Total...	61.878,47
							431.424,92

6.2 – Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados

Tabela 12 – Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados – 2017

Cód. Contas FOCAL	CUSTOS E PERDAS	Exercício		Cód. Contas FOCAL	PROVEITOS E GANHOS	Exercício	
		2017	2018			2017	2018
691	Transferências de capital concedidas	434.297,89	428.246,95	792	Recuperação de dívidas	622,48	121,45
692	Dívidas incobráveis	87.882,67	1.885.273,53	793	Ganhos em existências	32.753,38	3.412,82
693	Perdas em existências	2.956,09	144.947,04	794	Ganhos em Imobilizações	119.490,88	341.758,93
694	Perdas em imobilizações	522.253,56	409.366,79	795	Benefícios de penalidades contratuais	329.898,52	868.641,59
695	Multas e penalidades	58.100,69	541.457,04	796	Redução de amortizações e de provisões	349.143,46	3.653.677,08
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	501.950,08	797	Correcções Relativas a Exerc. Anteriores	3.701.500,36	1.395.428,77
697	Correcções Relativas a Exerc. Anteriores	506.671,78	459.904,40	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.442.192,71	1.421.230,33
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	142.741,48	104.912,83	799	Reembolsos, restituições e anulações	5.550,40	
	Resultados Extraordinários	4.226.248,03	3.208.212,31				
	Total...	5.981.152,19	7.684.270,97			Total...	5.981.152,19
							7.684.270,97



6.3 – Ativo Bruto Consolidado

Tabela 13 – Ativo Bruto Consolidado – 2017

Cód. Contabil MOCAL	Naturezas	ORÇAMENTO MUNICIPAL					
		Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alterações	Transferências Ativas	Saldo Final
De Bens de domínio público							
451	Terrenos e recursos naturais	69.975,90				69.975,90	
453	Outras construções e infra-estruturas	154.532.931,10		415.982,99		154.948.914,09	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.298.074,30		31.248,20		1.329.322,50	
445	Imobilizações em curso	184.158,52		248.531,21		432.689,73	
		156.085.139,82		695.762,40		156.780.902,22	
De Imobilizações incorpóreas							
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	79.210,49		810,57		80.021,06	
443	Imobilizações em curso			6.509,77		6.509,77	
		79.210,49		7.320,34		86.530,83	
De Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	64.825.822,85		962.455,12	198.605,92	922.163,51	64.667.508,54
422	Edifícios e outras construções	95.939.199,27		7.707.598,76	283.739,88	365.880,00	102.997.178,15
423	Equipamento básico	6.853.660,02		149.724,48	5.538,29	15.111,29	6.982.734,92
424	Equipamento de transporte	5.748.581,57		477.479,43		35.357,62	6.190.703,38
425	Ferramentas e utensílios	1.370.020,40		53.138,47		76.344,59	1.346.814,28
426	Equipamento administrativo	1.071.251,49		37.919,66		1.718,67	1.107.452,48
429	Outras imobilizações corpóreas	517.596,91		6.803,76			524.400,67
442	Imobilizações em curso	5.156.574,76		265.958,60		4.371.200,32	1.051.333,04
		181.482.707,27		9.661.078,28	487.884,09	5.787.776,00	184.868.125,46
De Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	2.293.523,10				13.487,71	2.280.035,39
412	Obrigações e títulos de participação	1.507.423,18					1.507.423,18
415	Outras aplicações financeiras		436,95		344,92		781,87
		3.801.383,23			344,92		3.788.240,44
		TOTAL	341.448.440,81	10.364.505,94	487.884,09	5.787.776,00	345.523.798,95

O ativo bruto apresenta um aumento de 4 milhões de euros face ao valor inicial de 2016, com maior expressão no imobilizado corpóreo, em edifícios e outras construções.

Este aumento é na sua maioria a transferência da obra em curso realizada na Escola C+S André de Resende, bem como dos 54 fogos, que a entidade consolidada adquiriu no exercício.



6.4 – Amortizações e Provisões Acumuladas

Tabela 14 – Amortizações e Provisões Acumuladas – 2017

Cód. Contas POCAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
485	De Bens de domínio público				
4853	Outras construções e infra-estruturas	99.489.072,73	5.992.948,54		105.482.021,27
4855	Bens do património histórico, artístico e cultural	657.051,62	138.308,43		795.360,05
		100.146.124,35	6.131.256,97		106.277.381,32
483	De Imobilizações Incorpóreas				
4832	Despesas de investigação e desenvolvimento	70.977,35	7.739,50		78.716,85
		70.977,35	7.739,50		78.716,85
482	De Imobilizações Corpóreas				
4822	Edifícios e outras construções	36.185.196,97	2.085.450,50	115.334,99	38.155.312,48
4823	Equipamento básico	6.072.569,94	137.203,37	20.452,21	6.189.321,10
4824	Equipamento de transporte	5.069.436,39	324.681,33	35.357,62	5.358.760,10
4825	Ferramentas e utensílios	1.250.874,96	36.651,80	76.232,18	1.211.294,58
4826	Equipamento administrativo	1.026.833,21	22.266,21	1.718,67	1.047.380,75
4829	Outras imobilizações corpóreas	158.317,49	8.697,75		167.015,24
		49.763.228,96	2.614.950,96	249.095,67	52.129.084,25
49	De Investimentos Financeiros				
491	Partes de capital	32.232,00			32.232,00
		32.232,00		0,00	32.232,00
	TOTAL	150.012.562,66	8.753.947,43	249.095,67	158.517.414,42

Regista na sua substância as amortizações do exercício de 2017.



6.5 – Desdobramento das contas de provisões/ajustamento

Tabela 15 – Desdobramento das contas de provisões/ajustamento – 2017

		GRUPO MUNICIPAL			
	Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria				
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	3.627.963,66	1.172.001,28	472.663,38	4.327.301,56
292	Provisões para Riscos e Encargos	1.014.514,62	4.388.487,09		5.403.001,71
39	Provisões para Depreciação de Existências	106.871,30	72.186,02		179.057,32
49	Provisões para Investimentos Financeiros	32.232,00			32.232,00

O ajuste das contas de provisões relativamente a 2017 demonstra um reforço global no valor de 5,2 milhões de euros.

No total o valor da provisão para cobranças duvidosas aumentou 669 mil euros, neste reforço foram tidos em conta as dívidas de terceiros em mora e cujo risco de incobrabilidade fosse devidamente justificado.

A provisão para outros riscos e encargos assume um aumento de 4,4 milhões de euros. Sendo que 4,3 milhões de euros são referentes ao não reconhecimento das faturas da AVT, S.A., relativamente a valores de saneamento, que o Município contestou e aguarda decisão judicial.

A provisão para depreciação de existências foi reforçada em 72 mil euros no exercício de 2017.



Município de Évora

Município de Évora, junho de 2018.

Aprovações

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Reunião de <u>19/06/2018</u>	Reunião de <u>20/06/2018</u>
Assinaturas 	Assinaturas



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Grupo Município de Évora**, que compreendem o balanço consolidado em **31 de dezembro de 2017** (que evidencia um total de **198.432.884,21 euros** e um total de fundos próprios de **98.370.093,08 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **4.169.342,97 euros**), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas consolidada e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do **Grupo Município de Évora** em **31 de dezembro de 2017** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o sistema contabilístico aplicável aos Municípios, o qual é assente no Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais – POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do **Grupo** de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do **Grupo** de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar e votar o processo de prestação de contas consolidadas e divulgação da informação financeira do **Grupo**.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS**

SROC, LDA.

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

Andreiia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do **Grupo**;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do **Grupo** para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o **Grupo** descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do **Grupo** para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Évora, 11 de junho de 2018

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,
representada por

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho
(ROC nº 658 – CMVM nº 20160302)